



ANEXO I DO EDITAL
TERMO DE REFERÊNCIA Nº 18/2022 - PRES/DG/SGP/COEDE/SAMES

1. INTRODUÇÃO

1.1. Em atendimento ao disposto no artigo 14 da Lei 8.666/93, no artigo 3º, Incisos I a III, da Lei nº 10.520/2002, art. 3º, XI c/c o art. 8º, II do Decreto Federal n. 10.024/2019, e Instrução Normativa nº 004/2008 – TRE-RO elaboramos o presente Termo de Referência.

2. DO OBJETO

2.1. Aquisição de bens permanentes a fim de atender as demandas de atendimento direto aos beneficiários do PAMS , conforme especificações e quantidades descritas nas tabelas abaixo:

ITEM	QUANTIDADE	MATERIAL
1	1	POLTRONA MASSAGEADORA - Escaneamento automático das costas, 60 Airbags Massageadores, Sistema l-shape, nove modos de massagens pré-programados, três modos de massagens 3D pré-programadas, Gravidade Zero, diversos ângulos de inclinação, painel de controle c/ visor lcd, iluminação led, conexão Bluetooth e tomada usb. Funções: Massagem 3D, Massagens Kneading, Tapping, Knocking, Shiatus e Kneading e Knocking sincronizados, Massagem sincronizada com música, Massageador Roller para panturrilhas e pés, Alongamento Muscular e Aquecimento. Revestimento: Poliuretano (p. U.)
2	1	DESFIBRILADOR - desfibrilador externo automático, microprocessado, adaptável através de eletrodos adesivos descartáveis, Sistema automático de avaliação de ecg: detecta complexos qrs e identifica arritmias malignas que necessitam de desfibrilação automática, análise de impedância torácica, display colorido, gabinete abs à prova de fogo, isolado eletricamente, bateria recarregável Lithium-Ion, capacidade: até 10 horas de monitoramento ou até 200 choques.

3	1	MASSAGEADOR DE CABEÇA - Material ABS, Policarbonato Potência 6W Áreas de massagem: Músculos da cabeça, região dos olhos e do pescoço Características: - 4 definições de massagem por pressão de ar - 4 definições de vibração de massagem - Massagem por ponto de pressão (ajustável) - Conexão bluetooth para dispositivo de áudio - Infravermelho de compressão de calor (Baixa 35°C – 38°C / Alto 39°C – 42°C). - Massageador de olhos - Controle Remoto
4	1	LASER TERAPÊUTICO - Bateria: Li-íon; Comprimento de onda laser vermelho: 660 nm ± 10 nm; 100 mW; Potência útil emissor laser vermelho: 100 mW ± 20 %; Comprimento de onda laser infravermelho: 808 nm ± 10 nm; Potência útil emissor laser infravermelho: 250 mW ± 20 %; acompanha peça de mão, suporte da peça de mão, fonte de alimentação, espaçadores, óculos de proteção profissional, óculos de proteção paciente, case de transporte e 3 pulseiras ILIB

3. DA JUSTIFICATIVA

3.1. Em atendimentos ao art. 2º da IN nº 004/2008- TRE-RO, este instrumento foi elaborado em conformidade com os seus princípios basilares, quais sejam: planejamento e objetividade.

3.2. Com a participação dos servidores do SAMES foi realizado levantamento de necessidades e, considerada a disponibilidade orçamentária, elaboramos este pedido.

3.3. Justificamos a aquisição de equipamentos médicos para a utilização nas dependências do TRE/RO pelas seguintes razões:

a) Os recursos financeiros disponíveis para custeio da saúde dos servidores têm sido utilizados na totalidade para cobrir as despesas com o plano de saúde.

b) A necessidade de adquirirmos equipamentos médicos considerados fundamentais para mantermos suprimento regular e prestarmos assistência adequada e imediata aos servidores em serviço, sempre que se fizer necessário, conforme determina a RESOLUÇÃO Nº 03 DE 31 DE MARÇO DE 2015, Art. 3º:

DA ASSISTÊNCIA DIRETA

Art. 3º A assistência direta será realizada nas dependências do TRE/RO pelos profissionais de apoio especializado da área de saúde do seu quadro de servidores e compreenderá:

I – assistência médica voltada ao atendimento ambulatorial, pronto-atendimento, pequenas urgências, perícias, licenças médicas e exames periódicos;

II – assistência odontológica com enfoque na prevenção de patologias bucais, limitada aos atendimentos de emergência, aos casos de perícia odontológica, dentística não laboratorial, cirurgia oral menor, radiografias periapicais e interproximais;

III – fornecimento de medicação básica relativa ao pronto atendimento.

3.4. A aquisição de novos equipamentos é necessária tanto para a atualização do parque instalado, quanto para aprimorar o atendimento das demandas de saúde dos servidores. A existência de uma unidade organizacional específica para o atendimento médico, odontológico e social requer o aparelhamento adequado, dada a responsabilidade a que se submetem os profissionais que nela atuam.

3.5. Este regional possui um quadro de servidores reduzido para as inúmeras demandas exigidas de um Tribunal Eleitoral, especialmente em um estado que cresce a taxas médias superiores a 2% ao ano. Esse aumento populacional, juntamente com as crescentes exigências dos órgãos superiores e das mudanças na legislação têm gerado maior desgaste e adoecimento na força de trabalho do TRE, o que se verifica no crescente número de afastamentos.

3.6. Ao mesmo tempo, percebe-se o envelhecimento do quadro de servidores deste Tribunal e o consequente

aumento de doenças controláveis, as quais necessitam de atenção e monitoramento.

3.7. Essa realidade provoca a necessidade de equipamentos para aumentar a eficiência e a produtividade do atendimento de saúde, vez que também o corpo de servidores da área de saúde não tem sido aumentado.

3.8. A existência da Seção de Assistência Médica e Social, diretamente vinculada à Secretaria de Gestão de Pessoas, o qual tem por função exercer todas as atividades relacionadas com o atendimento médico, odontológico e social aos servidores e seus dependentes, membros do Tribunal e servidores à disposição da Justiça Eleitoral é a demonstração clara da importância dada pelo Tribunal com o cuidado e a valorização de todos que aqui laboram. Tal preocupação foi ratificada no PLANEJAMENTO ESTRATÉGICO do Tribunal quando definiu como um de seus OBJETIVOS ESTRATÉGICOS DE APERFEIÇOAR PRÁTICAS DE VALORIZAÇÃO DOS SERVIDORES. A aquisição pretendida vai justamente ao encontro desse objetivo, uma vez que o aperfeiçoamento se materializará na ampliação e na qualidade do atendimento hoje prestado pelo SAMES.

4. DO PLANEJAMENTO ESTRATÉGICO

4.1. Com relação ao planejamento e a objetividade, de observação obrigatória, nos termos do art. 2º da Instrução Normativa 04/2008 deste Tribunal, este Termo de Referência detalha a aquisição de forma objetiva e leva em consideração as necessidades reais, históricas e futuras relacionadas, além de fornecer à Administração os elementos necessários ao adequado planejamento administrativo, financeiro e orçamentário.

4.2. Além disso, o objeto deste Termo de Referência vem ao encontro do planejamento estratégico deste Tribunal, especialmente: **Aperfeiçoamento da Gestão de Pessoas.**

5. DOS CRITÉRIOS DE SUSTENTABILIDADE AMBIENTAL:

5.1. De acordo com o Artigo 4º da Resolução CNJ n. 400/2021, os órgãos do Poder Judiciário devem realizar a gestão do respectivo Plano de Logística Sustentável (PLS). Neste Tribunal, o PLS 2020-2025 foi instituído através da Portaria TRE-RO n.131/2020.

5.2. No entanto, a referida Resolução não estabeleceu critérios objetivos que possam ser utilizados na mensuração da sustentabilidade exigida, o que nos leva a presumir que tais critérios de mensuração deverão ser apresentados pelas unidades ou núcleos socioambientais. Trata-se de árdua e demorada tarefa, pois as exigências devem ser mensuradas individualmente por serviço ou bem, levando em consideração as peculiaridades de cada item a ser adquirido e o órgão fiscalizador de cada produto, o que requer grande fonte de pesquisa.

5.3. Tem-se ainda, nessa seara normativa, a Resolução do CONAMA n. 401/2008, a Lei Federal n. 12.187/2009 que institui a política nacional sobre mudança do clima, a Lei Federal n. 12.305/2010, que institui a política nacional de resíduos sólidos, a Medida Provisória n. 495/2010, convertida na Lei n. 12.349, de 15 de dezembro de 2010, que incluiu como finalidade da licitação a promoção do desenvolvimento nacional sustentável.

5.4. EM RAZÃO DAS INÚMERAS NORMAS DE SUSTENTABILIDADE AMBIENTAL DE EXIGÊNCIA OBRIGATÓRIA EM FUNÇÃO DE EXPRESSO TEXTO LEGAL, APLICÁVEIS AO BEM OBJETO DESTES TERMO DE REFERÊNCIA, SERÁ EXIGIDO:

5.4.1. Cumprimento de critérios de sustentabilidade definidos pelo Art. 5º, da Instrução Normativa SLTIMPOG n. 01/2010:

I – Que os bens são constituídos, no todo ou em parte, por material reciclado, atóxico, biodegradável, conforme ABNT NBR – 15448-1 e 15448-2, quando exigível;

II – Que foram observados os requisitos ambientais para a obtenção de certificação do Instituto Nacional de Metrologia, Normalização e Qualidade Industrial – INMETRO como produtos sustentáveis ou de menor impacto ambiental em relação aos seus similares, quando exigível;

III – Que os bens serão, preferencialmente, acondicionados em embalagem individual adequada, com o menor volume possível, que utiliza materiais recicláveis, de forma a garantir a máxima proteção durante o transporte e o armazenamento; e

IV – Que os bens não contêm substâncias perigosas em concentração acima da recomendada na diretiva RoHS (Restriction of Certain Hazardous Substances), tais como mercúrio (Hg), chumbo (Pb), cromo hexavalente (Cr(VI)), cádmio (Cd), bifenil-polibromados (PBBs), éteres difenil-polibromados (PBDEs).

5.4.2 Para atendimento desses requisitos poderá ser exigida sua comprovação quando do recebimento dos materiais pelo SAMES.

6. DO VALOR ESTIMADO

6.1. O valor estimado aquisição é de R\$ _____ (_____), conforme demonstrado informação conclusiva de valor estimado 0843460.

7. DA ADERÊNCIA AO PLANEJAMENTO ORÇAMENTÁRIO

7.1. O objeto deste Termo de Referência será custeado pelo Orçamento Ordinário deste Tribunal 2022, conforme

demonstrado no quadro abaixo:

CATEGORIA (TIPO DE ORÇAMENTO)	Ordinário - Manutenção Geral
AGREGADOR	Assistência Médica e Odontológica
DESPESA AGREGADA	Aquisição de Máquinas e Equipamentos Médicos e Odontológicos
PLANO INTERNO	INV PERMAN
VALOR ESTIMADO	SIGILOSO

8. DO CERTAME LICITATÓRIO

8.1. ADOÇÃO DA MODALIDADE DO PREGÃO ELETRÔNICO:

8.1.1. Trata-se bens comuns, posto que os padrões de desempenho e qualidade estão objetivamente definidos neste termo de referência por meio de especificações usuais no mercado e de atestações padronizadas para todos os licitantes. É possível afirmar que não haverá aferição de outros fatores que possam influenciar no preço final dos equipamentos. Dessa forma, deverá ser adotada a modalidade de pregão, na forma eletrônica, do tipo menor preço por item, consoante as condições definidas neste TR.

8.1.2. Para a seleção da proposta mais vantajosa da aquisição pretendida, sugere-se que seja adotado o **modo de disputa por LANCES ABERTOS, com intervalo mínimo de 0,5 (meio ponto percentual) entre os lances, na forma do Parágrafo único do Art. 31 c/c o Art. 32 do Decreto Federal n. 10.024/2019.**

8.2. - DA APLICABILIDADE DO REGIME DE EXCLUSIVIDADE NA PARTICIPAÇÃO DE MICROEMPRESAS E EMPRESAS DE PEQUENO PORTE PARA PARTE DOS ITENS:

8.2.1. Considerando que os valores individuais estimados para esses itens da contratação pretendida não excedem R\$ 80.000,00 (oitenta mil reais), o certame deve garantir a **exclusividade** de participação de microempresas e empresas de pequeno porte, na forma estabelecida pelo art. 48, I, da LC 123/2006 e pelo art. 9º, inciso I, do Decreto n. 8.538/2015.

8.2.2. Diante do disposto no art. 6º do Decreto 8.538/2015 e considerando que o valor estimado está dentro do teto para licitações exclusivas para ME/EPP, não é aplicável a reserva de cota até o momento.

8.3. DOS CRITÉRIOS DE ACEITAÇÃO DA PROPOSTA

8.3.1. Os preços apresentados pelos fornecedores deverão cobrir todos os custos, abrangendo, se for o caso, a mão de obra, leis e encargos sociais decorrentes, ferramentas e equipamentos, transportes e frete, tudo quanto for preciso para garantir a entrega, a qualidade e funcionalidade dos materiais solicitados.

8.3.2. O prazo de validade da proposta não poderá ser inferior a 60 (sessenta) dias, a contar da data de sua apresentação, a adjudicatária se comprometerá a entregar o objeto no local e datas informadas no cronograma de previsão de contratação.

8.3.3. A aceitação das propostas deverão obedecer aos seguintes parâmetros, **no que couber**:

I - O valor estimado do item é o parâmetro de preço a ser utilizado pelo operador do certame para julgamento da proposta, cabendo-lhe julgar eventual variação na análise do caso concreto.

II - As propostas inseridas no sistema eletrônico de compras deverão informar, necessariamente, as respectivas **MARCA** e **MODELO** dos objetos ofertados.

III - O Pregoeiro poderá solicitar do licitante informações mais detalhadas acerca do objeto ofertado, podendo, inclusive, solicitar prospecto do item, assinalando prazo de até 2 (duas) hora para o envio, sob pena de recusa da proposta.

IV - Os equipamentos deverão estar estritamente de acordo com as especificações exigidas, inclusive no que diz respeito às especificações de embalagens, validades e garantias.

V - Salvo se expressamente constar na especificação do objeto, não serão aceitos equipamentos que tenham sido objeto de quaisquer processos de recondicionamento e ainda os que se apresentarem fora das embalagens originais de seus fabricantes.

VI - O prazo de **garantia não poderá ser inferior a 12(doze) meses**. O período de garantia e o prazo de validade remanescente serão contados a partir da entrega do material, mediante emissão de Termo de Recebimento Definitivo emitido pela Seção de Assistência Médica e Social - SAMES.

8.4. DA HABILITAÇÃO:

8.4.1. Não havendo exigência de habilitação específica, esta deverá ser feita de acordo com as regras definidas no

edital.

9. DO CONTRATO

9.1. O Contrato de fornecimento será substituído pela Nota de Empenho de Despesa na forma do artigo 62, “caput” e parágrafo 4º, da Lei n. 8.666/93.

9.2. Como condição para a emissão da Nota de Empenho de Despesa a compromissária deverá apresentar regularidade, podendo ser consultado e substituído pelo SICAF, e caso não comprove, deverá exhibir, no prazo fixado para sua assinatura, certidões comprovando a regularidade de Tributos Federais e à Dívida Ativa da União, Seguridade Social, Fundo de Garantia por Tempo de Serviço (FGTS), Certidão Negativa de Débitos Trabalhistas e do CNJ (Conselho Nacional de Justiça).

9.3. A Administração utilizará a remessa por e-mail de arquivo eletrônico contendo o inteiro teor da Nota de Empenho de Despesa e do seu Termo de Recebimento para impressão, assinatura e devolução pela compromissária, no prazo máximo de 02 (dois) dias úteis contados da confirmação do recebimento do e-mail pela compromissária.

9.4. A compromissária poderá retirar a Nota de Empenho de Despesa, mediante assinatura do Termo de Recebimento, diretamente na Seção de Contratos, na sede do Tribunal Regional Eleitoral de Rondônia.

9.5. Apenas em função da total impossibilidade da utilização de e-mail, far-se-á a remessa por via postal da Nota de Empenho de Despesa e do Termo de Recebimento para assinatura e devolução da compromissária.

9.6. O descumprimento injustificado, pela compromissária, das obrigações estabelecidas neste capítulo implicará a decadência do direito à contratação, situação em que os licitantes remanescentes poderão ser chamados na ordem de classificação para fazê-lo em igual prazo e condições (§ 2º do art. 64 da Lei n. 8.666/93), sujeitando-se a compromissária, também, à multa de 30% (trinta por cento) incidente sobre o valor adjudicado (art. 7º da Lei n. 10.520/2002 - Não celebrar o contrato).

9.7. OBRIGAÇÕES DO CONTRATANTE

9.7.1. Requisitar o fornecimento dos materiais somente mediante emissão e entrega de Nota de Empenho de Despesa à Contratada. A requisição dar-se-á conforme a existência de demanda de consumo deste Tribunal e recursos orçamentários disponíveis;

9.7.2. Promover, através dos fiscais dos contratos, o acompanhamento e a fiscalização, sob os aspectos quantitativo e qualitativo, notando em registro próprio as falhas detectadas e comunicando à CONTRATADA as ocorrências que quaisquer fatos que, a seu critério, exijam medidas corretivas por parte desta.

9.7.3. Cumprir e fazer cumprir todos os prazos e condições estabelecidos neste instrumento;

9.7.4. Orientar a CONTRATADA acerca do fornecimento do objeto contratado e autorizar, quando necessário, o acesso de seu pessoal ao local de entrega, quando necessário, observando as normas de segurança existentes;

9.7.5. Prestar as informações e os esclarecimentos solicitados pela CONTRATADA para a fiel execução do avençado;

9.7.6. Efetuar o pagamento à CONTRATADA de acordo com as condições, preços e prazos estabelecidos neste instrumento.

9.7.7. Efetuar o recebimento provisório dos bens, no ato da entrega, acompanhados da Nota Fiscal, mediante emissão de Termo de Recebimento Provisório de Materiais emitido pela Seção de Assistência Médica e Social do TRE-RO. O recebimento provisório do produto entregue não implica sua aceitação.

9.7.7.1. As embalagens dos equipamentos deverão conter as respectivas especificações técnicas dos mesmos e as informações concernentes a seus fabricantes ou importadores (razão social, CNPJ, endereço, etc.).

9.7.8. Efetuar o recebimento definitivo dos produtos entregues, após a verificação do cumprimento das especificações dos produtos, nos termos deste termo de referência e da proposta da contratada, no prazo máximo de 5 (cinco) dias úteis, contados do recebimento provisório, mediante emissão de Termo de Recebimento Definitivo de Materiais emitido pela Seção de Assistência Médica e Social do TRE-RO. Nos termos do art. 29, § 3º, II, “b”, da IN n. 04/2011 deste TRE-RO.

9.7.9. Recusar e devolver, mediante emissão de Termo de Recusa de Materiais emitido pela Seção de Assistência Médica e Social do TRE-RO, no qual explicitará a razão da recusa do produto, os materiais entregues em que se tenha constatado:

- a) Produtos em desacordo com especificações estabelecidas neste termo de referência e na proposta da contratada;
- b) Produtos com período de garantia e o prazo de validade remanescentes inferiores ao solicitado neste Termo de Referência;
- c) Produtos apresentarem com quaisquer vícios de qualidade ou impropriedades para o uso;

9.7.10. Efetuar o pagamento, mediante ordem bancária - ou por meio de ordem bancária para pagamento de faturas com código de barras – através do Banco do Brasil S/A, em moeda corrente, até 05 (cinco) dias úteis, contados a partir do recebimento definitivo, com atesto no verso da Fatura/Nota Fiscal pela Seção de Assistência Médica e

Social do TRE-RO. Serão feitas as retenções legais.

a) No ato do pagamento, a contratada deverá apresentar situação de regularidade perante a Fazenda Pública Federal, a Seguridade Social, o Fundo de Garantia por Tempo de Serviço (FGTS) e a Justiça do Trabalho e CNJ;
b) Nenhum pagamento será efetuado à futura contratada, enquanto pendente liquidação qualquer obrigação financeira que lhe for imposta, em virtude de penalidade ou inadimplência, sem que isso gere direito a reajustamento de preços, podendo os valores relativos a essas obrigações ser descontados de pagamentos devidos à futura contratada;

c) Nos casos de eventuais atrasos de pagamento, desde que a contratada não tenha concorrido de alguma forma para tanto, fica convencionado que a taxa de compensação financeira devida, entre a data acima referida e a correspondente ao efetivo adimplemento da obrigação, será calculada mediante a aplicação da seguinte fórmula:

$$EM = I \times N \times VP$$

Onde:

EM = Encargos moratórios;

N = Número de dias entre a data prevista para o pagamento e a do efetivo pagamento;

VP = Valor da parcela a ser paga.

I = Índice de compensação financeira = 0,00016438, assim apurado:

$$I = \frac{(TX)}{365} \quad I = \frac{(6/100)}{365} \quad I = \frac{0,00016438}{365}$$

TX = Percentual da taxa anual = 6%.

A compensação financeira prevista neste item será incluída em fatura/nota fiscal emitida posteriormente à ocorrência.

9.8. OBRIGAÇÕES DA CONTRATADA

9.8.1. Cumprir as obrigações estabelecidas neste Termo de Referência e edital;

9.8.2. Entregar os materiais no prazo máximo de 30 (trinta) dias consecutivos, contados a partir do recebimento da Nota de Empenho, observando as seguintes regras:

a) o material solicitado deverá ser entregue na Seção de Assistência Médica e Social do Tribunal Eleitoral Regional de Porto Velho –RO situado na Av. Presidente Dutra, 1889, Baixa da União, CEP: 76805-901, mediante prévio agendamento.

b) a contratada deve entrar em contato através dos telefones nº (69) 3211-2041 / 3211-2106 / 3211-2068 para efetuar o agendamento da entrega.

9.8.3. Substituir o material recusado, às suas expensas, no prazo máximo de 20 (vinte) dias consecutivos, contados a partir do recebimento do Termo de Recusa de Material;

9.8.4. Recolher, mediante agendamento, a suas expensas, depois de efetuada a regular substituição, o material recusado, no prazo máximo de 10 (dez) dias consecutivos, contados a partir do vencimento do prazo estipulado para substituição.

a) expirado o prazo previsto para recolhimento do material recusado, o CONTRATANTE se reservará no direito de proceder à devolução dos materiais recusados e descontará o valor das respectivas despesas do crédito a que faça jus a contratada, em razão da efetiva e regular entrega dos materiais que lhe foram empenhados;

b) na hipótese de inexistência de créditos e ante o não recolhimento dos materiais recusados - mesmo após devidamente notificada - e ausência de qualquer manifestação, fica este Tribunal no direito de efetuar o descarte dos materiais recusados da forma que melhor lhe convir, se ultrapassados 30 (trinta) dias da notificação da CONTRATADA.

9.8.5. Solicitar, se necessário, dentro do prazo de entrega, substituição ou recolhimento de materiais, a prorrogação do mesmo, a qual deverá ser devidamente justificada e dirigida à Coordenadoria de Material e Patrimônio do TRE-RO, unidade competente para, colhida a manifestação do Fiscal do Contrato, decidir acerca desses requerimentos;

a) Somente serão processados os pedidos protocolados dentro dos prazos para entrega e substituição do bem, conforme prazos e circunstâncias estabelecidas na Instrução Normativa n. 004/2008-TER-RO.

9.8.6. Manter-se, durante toda a execução do contrato, e apresentar no momento do pagamento compatibilidade com as obrigações assumidas, todas as condições de habilitação e qualificação exigidas na licitação, em especial quanto à regularidade perante o SICAF ou apresentar, sempre que solicitado, comprovação de sua adimplência com a Fazenda Pública, ao Instituto Nacional de Seguridade Social (INSS), ao Fundo de Garantia por Tempo de Serviço (FGTS) e também na Justiça do Trabalho e no Conselho Nacional de Justiça;

a) comunicar, por escrito e imediatamente ao TRE-RO, na vigência do Contrato, a ocorrência de contratação de empregados que sejam cônjuges, companheiros ou parentes em linha reta, colateral ou por afinidade, até o terceiro grau, inclusive, de ocupantes de cargos de direção e de assessoramento, de membros ou juízes vinculados a este Tribunal;

9.8.7. Responsabilizar-se por quaisquer danos causados à Administração ou a terceiros decorrentes de sua culpa ou

dolo na execução dos serviços objeto do Contrato, não podendo ser arguido, para efeito de exclusão de responsabilidade, o fato de a Administração proceder à fiscalização ou acompanhamento da execução dos referidos serviços;

9.8.8. Aceitar, nas mesmas condições contratuais, os acréscimos ou supressões que se fizerem necessários, até 25% (vinte e cinco por cento) do valor inicial atualizado do contrato, ficando as supressões acima desse limite condicionadas à acordo entre as partes.

9.9. DAS SANÇÕES ADMINISTRATIVAS

9.9.1. As sanções relacionadas ao procedimento de licitação constarão do edital do certame.

9.9.2. SANÇÕES MORATÓRIAS: O descumprimento injustificado das obrigações firmadas em contrato, garantido o direito ao contraditório e ampla defesa, sujeita a contratada a multa moratória, consoante o caput e §§ do art. 86 da Lei n. 8.666/93, na forma seguinte:

I - Atraso nos prazos de entrega e substituição dos materiais recusados:

- a) multa de 2% (dois por cento) ao dia até o limite de 10 (dez) dias, aplicada sobre o montante dos bens não entregues ou não substituídos;
- b) a partir do 11º (décimo primeiro) dia de atraso poderá ser caracterizada a inexecução parcial ou total da obrigação.

II - Descumprimentos das demais obrigações contratuais, após notificação regular expedida pelo fiscal ou gestor do contrato:

- a) primeiro descumprimento: multa de 1% (um por cento) apurada sobre o valor do contrato;
- b) de 2 (dois) a 3 (três) descumprimentos: multa de 2% (dois por cento) apurada sobre o valor do contrato;
- c) a ocorrência de mais de 3 (três) descumprimentos poderá caracterizar a inexecução parcial ou total do contrato.

9.9.3. SANÇÕES PUNITIVAS: Poderão ser aplicadas à contratada, nos termos do artigo 87 da Lei n. 8.666/93, nas hipóteses de inexecução total ou parcial das obrigações estipuladas em edital e seus anexos, as seguintes sanções:

a) advertência;

b) multa sobre o valor do contrato, fixada de forma proporcional à extensão e gravidade da inexecução perpetrada, cumulada com as multas moratórias e, se cabível, com as demais sanções previstas neste TR, nos seguintes termos:

- b1) de 10% (dez por cento) pelo descumprimento da obrigação de entrega dos materiais, após a devida notificação pela fiscalização;
- b2) de 15% (quinze por cento) caso os bens entregues estejam em desacordo com a especificação, tanto no aspecto quantitativo como qualitativo;
- b3) de 15% (quinze por cento) por ocorrência, no caso de não emissão de documento imprescindível ao pagamento;
- b4) de 30% (trinta por cento) caso negue-se a fornecer a integralidade os bens sem motivo consistente e justificado devidamente apurado pelo Tribunal, ou por descumprimentos sucessivos que resultem na inviabilidade de execução do contrato.

c) suspensão temporária de participação em licitação e impedimento de contratar com a Administração, por prazo não superior a 2 (dois) anos;

d) declaração de inidoneidade para licitar ou contratar com a Administração Pública enquanto perdurarem os motivos determinantes da punição ou até que seja promovida a reabilitação perante a própria autoridade que aplicou a penalidade, que será concedida sempre que o contratado ressarcir a Administração pelos prejuízos resultantes e após decorrido o prazo da sanção aplicada com base no inciso anterior.

9.9.4. Nas condutas de inexecução parcial do contrato ou caracterizadoras de inexecução total das obrigações na forma definida neste termo de referência como também naquelas previstas no art. 78 da Lei nº 8.666/93, sem prejuízo das demais sanções previstas no contrato, poderá a Administração, no exercício de seu juízo de conveniência e oportunidade, decretar a **rescisão do contrato**.

9.9.5. O CONTRATANTE poderá reter dos créditos os valores para assegurar o pagamento de indenizações e ressarcimentos devidos pela CONTRATADA, originados em quaisquer descumprimentos injustificados das obrigações assumidas que impossibilitem a prestação dos serviços e que gerem custos em virtude de eventual contratação emergenciais junto a terceiros, sem prejuízo das demais sanções contratuais (**Acórdão TCU nº 567/2015- Plenário**).

9.9.6. A multa eventualmente imposta ao CONTRATADO será automaticamente descontada da fatura a que fizer jus. O valor da multa será corrigido pela taxa referencial do Sistema Especial de Liquidação e de Custódia – SELIC para títulos federais, acumulada mensalmente - até o último dia do mês anterior ao do pagamento - e de 1% (um por cento) no mês de pagamento (**Arts. 29 e 30 da Lei nº 10.522/2002 e Acórdão TCU nº 1.603/2011- Plenário**).

9.9.7. Quando o valor do pagamento a que fizer jus o CONTRATADO não for suficiente para cobrir o montante da multa ou da condenação aplicadas, aquele valor será recolhido ao Tesouro Nacional, devendo o saldo do valor das penalidades aplicadas ser recolhido através de Guia de Recolhimento à União - GRU à Conta Única do Tesouro Nacional no prazo máximo de 30 (trinta) dias, contados da notificação do responsável, sob pena de inscrição na Dívida Ativa da União (**Lei nº 6.830/80**).

9.9.8. As multas não eximem o CONTRATADO da reparação dos eventuais danos, perdas ou prejuízos que seu ato punível venha causar à Administração ou a terceiros. Os valores originados dessa conduta da contratada serão corrigidos pelos mesmos critérios de atualização das multas.

9.9.9. O procedimento para aplicação de sanções ao CONTRATADO observará o devido processo legal administrativo e as regras contidas na Instrução Normativa TRE-RO nº 04/2008, disponível no seguinte link da internet: <http://www.justicaeleitoral.jus.br/arquivos/tre-ro-in-no-004-2008>. A CONTRATADA será cientificada das eventuais alterações dessa norma.

10. DA FISCALIZAÇÃO E GESTÃO

10.1. A gestão do contrato será realizada pelo titular da Seção de Assistência Médica, ou por quem suas vezes fizer, cabendo-lhe, nessa condição, as atribuições previstas na Instrução Normativa TRE-RO nº 04/2008.

10.2. A fiscalização do contrato será realizada pelo servidor Tiago Silva de Oliveira, cabendo-lhe, nessa condição, as atribuições previstas na Instrução Normativa TRE-RO nº 04/2008.

10.3. A atuação ou a eventual omissão da Fiscalização durante a realização dos trabalhos, não poderá ser invocada para eximir a Contratada da responsabilidade pela execução dos serviços /entrega dos equipamentos.

10.4. A comunicação entre a fiscalização e a contratada será realizada através de correspondência oficial e anotações ou registros no Relatório de Serviços.

10.5. Os procedimentos adotados são os previstos neste Termo de Referência, na Instrução Normativa TRE-RO nº 04/2008 e na legislação em vigor.



Documento assinado eletronicamente por **Tiago Silva de Oliveira, Analista Judiciário**, em 30/06/2022, às 14:22, conforme art. 1º, III, "b", da Lei 11.419/2006.



A autenticidade do documento pode ser conferida no site <http://www.tre-ro.jus.br/servicos-judiciais/verificacao> informando o código verificador **0851314** e o código CRC **9B3894BE**.

0001607-20.2022.6.22.8000

0851314v3

Criado por 014142352305, versão 3 por 014142352305 em 30/06/2022 14:20:19.